

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2012

VOLUME I

AVALIAÇÃO: um caminho para a superação das dificuldades no processo ensino-aprendizagem

Madalena Martins Lima¹

Sílvia Borba Zandoná Cadenassi²

Resumo: O presente estudo pretende discutir o processo de avaliação escolar que norteia a educação básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. O objetivo deste estudo consiste em refletir qual é o papel da escola na formação do educando. Trata-se de uma questão, que inclui mudança de posturas e propõe inovações nas práticas avaliativas. A pesquisa será exploratória, por intermédio de seleção de bibliografias que possuem referencial teórico já publicado sobre o tema. Será qualitativa, com abordagem explicativa, com propostas de acompanhamento na construção da aprendizagem do aluno, onde ele próprio deverá tomar consciência dessa construção. Tem a finalidade de estudar novas formas de proceder a avaliação e contribuir para a melhoria da aprendizagem. Direciona-se para uma formação consistente, orientada por teorias construtivistas e adequadas a comunidade escolar estudada. O estudo propõe reflexões sobre quais caminhos percorrer para a construção de uma aprendizagem significativa, investigada por meio de pesquisa de campo. Tem o propósito de diagnosticar e compreender questões que envolvem a avaliação escolar para a melhoria da aprendizagem do educando, no que diz respeito ao seu crescimento intelectual, inclusão e a construção do conhecimento. Outro ponto investigado é o sentido que se tem dado para Avaliação no ensino-aprendizagem. A pesquisa tem a intencionalidade de organizar as ações pedagógicas com mais eficiência, para mostrar novas concepções de avaliação, na busca da transformação da realidade atual. Propõe-se ao educador avaliar suas práticas pedagógicas e ao educando a sua aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Mudanças e compromissos. Ensino e Aprendizagem

1. INTRODUÇÃO

Todo ser humano vive num constante processo de avaliação, mesmo em atitudes espontâneas e imperceptíveis. Avaliar é um ato natural presente no nosso cotidiano. Avaliamos tudo e em todos os momentos de nossa vida. Conforme salienta Luckesi (1999, p.119), "a avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível".

No ambiente escolar, a avaliação da aprendizagem é um processo de fundamental importância para a aprendizagem do educando, e por vezes, ainda é incompreendida pelos educadores. Identificam-se também neste ambiente, a insatisfação e um intenso desejo de mudança.

Pretende este estudo aprofundar as reflexões sobre quais caminhos são necessários percorrer para a construção de uma aprendizagem que conduza de fato ao conhecimento, especificamente para os alunos dos anos finais do Ensino

¹ Professora Pedagoga da Rede Estadual do Paraná, participante do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) – 2012 e-mail: dalena.lima@gmail.com

² Professora Orientadora – UENP/Campus de Jacarezinho

Fundamental e Ensino Médio.

Para Luckesi (1999), a avaliação utilizada nos dias de hoje, do ponto de vista político pedagógico é antidemocrática e excludente, porque está centrada em “aplicar provas”, “atribuir notas”, “coletar dados” e não no sujeito/aluno ou em quem aprende, tornando-se um processo de exclusão social, que seleciona os mais aptos.

Ferreira, (2002, p.23) diz,

A avaliação é um procedimento útil e necessário para redirecionar qualquer prática, seja ela individual ou coletiva. No âmbito escolar, se apresenta como uma alternativa para a tomada de decisões pedagógicas. No entanto ela é uma prática que se arrasta por séculos sem muitas mudanças, desde que passou a ser usada de forma sistemática no processo ensino-aprendizagem.

Observa-se que a avaliação da aprendizagem não é praticada no sistema escolar na essência de seu verdadeiro sentido. De acordo com a abordagem de Luckesi (1999), o objetivo maior da avaliação é a transformação social com resgate de sua função diagnóstica.

A avaliação ainda é feita sem nenhuma reflexão sobre o que o aluno realmente está aprendendo. Sente-se essa dificuldade no cotidiano e na convivência escolar, pois, no transcorrer do dia a dia, ainda não temos conhecimento de estudos que contribuam para que haja uma mudança significativa no processo, para melhor compreensão de que a nota não é resultado de aprendizagem. Segundo Hoffmann (1993), é necessário desenvolver uma consciência crítica com embasamento teórico para entender essa prática. Não será com imposição, mas com formação.

Como essa questão traz muitas preocupações, surgiu a necessidade de desenvolver discussões e reflexões aos professores, pedagogos, gestores escolares, pais e alunos, com o intuito de amenizar o problema para então se chegar bem próximo do ideal, que é uma avaliação processual e formativa.

Com tantas inovações na atualidade, como avanços tecnológicos e as atualizações instituídas pela sociedade, o que se percebe é que a escola ainda segue o modelo do século XVII, que são os praticados de forma classificatória e seletiva. Logo, surge a necessidade de fomentar discussões a um assunto passível de atenção especial. Na escola onde se realiza este estudo, existem professores interessados em novas formas de proceder a avaliação, conscientes de que esta é a única maneira de contribuir para a melhoria da aprendizagem, mas também observa-se que lhes falta uma formação consistente orientada por teorias bem

fundamentadas e adequadas à comunidade escolar estudada.

Em suma, pretende-se com esse projeto repensar uma nova concepção de avaliação e apresentar procedimentos alternativos, em substituição aos tradicionais. Com propostas de acompanhamento na construção da aprendizagem do aluno, onde ele próprio deverá tomar consciência dessa construção. Pretende-se com as propostas a serem apresentadas que o professor passe a ser um mediador, por meio de uma avaliação facilitadora para o ensino-aprendizagem.

A proposta teve como objetivo geral: Reconhecer novas concepções da Avaliação da Aprendizagem, através de reflexões sobre a inclusão do educando no processo ensino aprendizagem e na construção de seu próprio conhecimento, com embasamento teórico e implementação de práticas pedagógicas que orientem o aprofundamento neste assunto que é de fundamental importância para a nossa comunidade escolar. E como objetivos específicos: Organizar estudos, promover debates para orientação de ações que viabilizem as práticas pedagógicas de avaliação da aprendizagem. Construir um ambiente escolar democrático que proporcione uma visão de avaliação processual e contínua, onde prevaleça a aprendizagem, destacar a importância de novas atitudes a respeito da avaliação da aprendizagem, pelo fato de ser a avaliação tradicional classificatória e excludente, mostrar à comunidade escolar novas concepções de avaliação e o seu verdadeiro sentido na aprendizagem, como mediadora na construção do conhecimento e finalmente indicar possibilidades de transformação e mudanças nas práticas avaliativas.

2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA AVALIAÇÃO

Desde os tempos remotos, a avaliação está presente na vida dos indivíduos. A educação surge com o nascimento do homem e de forma espontânea e naturalizada, a avaliação. De acordo com Nagel (1986), o homem não vive sem realizar suas comparações e seus julgamentos. Tais concepções existem desde que o homem começou a viver em sociedade e desenvolver suas atividades.

Neste contexto, a mesma autora afirma que a visão que se tem de sociedade, trabalho e homem, faz com que a maneira de avaliar se encaminhe para novos rumos e tenha vários significados. Segue um percurso dependendo de como é formada a sociedade, de como agem as pessoas nela pertencentes, como são suas

ideias e suas posturas diante das situações que vivenciam. Desse modo, surgem caminhos para a avaliação, de acordo com a época, com a sociedade, contexto onde se insere e com a sua intencionalidade.

Pela visão grega, o homem é um ser racional com plenas condições de se aperfeiçoar e desenvolver a sua intelectualidade. O trabalho era para a classe inferior. A sociedade era formada pelos camponeses, artesãos ou escravos e pelo cidadão (família do rei, ricos, letrados e sacerdotes), estes com direito ao ócio. Enquanto a classe inferior trabalhava, o cidadão se dedicava a pensar, discursar, argumentar, etc. O homem era considerado livre. De acordo com as considerações de Saviani (1985, p.42), “[...] o homem, o ser humano, era identificado com o homem livre; o escravo não era ser humano, conseqüentemente a essência humana só era realizada nos homens livres”.

A desigualdade era vivida incontestavelmente. A classe dominada entendia que assim eram predestinados, para a servidão coletiva. Desta maneira, na sociedade desigual e opressora, eram avaliados, para que permanecesse cada um no seu lugar, no qual foram predestinados viver, com a impossibilidade de qualquer manifestação de interesse à mudança.

Na Idade Média, a visão é de que o homem é um ser racional criado por Deus que lhes deu uma alma. Nesse período há uma valorização do conhecimento religioso. O modo de vida em sociedade permaneceu. Predominou o método racional e o argumento da autoridade. Os inferiores por natureza trabalhavam para suprir as necessidades das camadas superiores.

O conhecimento religioso é considerado indispensável para o homem. Para que este possa atingir seu fim último. E o fim último de todos, e de cada um, está além da Terra, no reino dos Céus. O conhecimento e reconhecimento das Leis Divinas, através de estudos racionais, era considerado o suficiente para o homem agir na Terra em consonância com o seu criador (NAGEL, 1986, p.4).

Nesse período da história, a educação era para poucos e marcada pela influência da igreja. A maioria não tinha acesso aos livros. Saviani (1985) diz que o homem possuía uma essência predeterminada, com os seus destinos marcados para ser servo ou senhor. A educação era específica para o ócio. A maioria continuava se educando pelo trabalho. A avaliação vinha da preocupação com a ordem social, definidas pela lei de Deus. Impedia que homens mudassem a estrutura social com suas ideias. Permaneciam em suas condições de dominados.

Na Idade Moderna, grandes mudanças acontecem por ocasião da reforma religiosa. Fase de grandes transformações. Novos olhares sobre religião e economia. Houve grandes fatos e eventos. É a ascensão da burguesia – classe revolucionária. Passam a ser avaliados a nobreza e o clero. Tem início a compreensão sobre as ideias de igualdade entre os homens. Estes são vistos como animal racional, que com o seu trabalho, usufrui de melhoras para si e para os outros, enfim, para o mundo dos homens, pelo progresso e produção em maiores quantidades. Questiona-se a escravidão e o poder absoluto dos papas e reis. Surge a democracia burguesa.

Ora, esse raciocínio não significa outra coisa senão colocar diante de nobreza e do clero a ideia de que as diferenças, os privilégios de que eles usufruíam, não eram naturais e muito menos divinos, mas eram sociais. E enquanto diferenças sociais, configuravam injustiça; enquanto injustiça, não poderiam continuar existindo. Logo, aquela sociedade fundada em senhores e servos não poderia persistir. Ela teria que ser substituída por uma sociedade igualitária. É nesse sentido, então, que a burguesia vai reformar a sociedade, substituindo uma sociedade com base num suposto direito natural por uma sociedade contratual (SAVIANI, 1985, P.44).

Novas concepções. Novas avaliações. Produzem novos conhecimentos. A ciência foi assimilada como meio de produção, de grande importância para as mudanças sociais. O homem começa exercer a sua cidadania. Surge a necessidade de escolarização e a escola passa a ser o centro do processo educativo. O estudo das leis da natureza com suas transformações torna-se fundamental e se sobrepõe aos discursos e conhecimentos religiosos. Assim, a avaliação tem outro sentido na concepção de mundo, trabalho e de homem. O trabalho torna-se ponto central para a avaliação dos indivíduos.

Ao rever a História do Brasil observou-se com fatos cada vez mais surpreendentes. Foi possível perceber que a avaliação no decorrer de sua história, sempre foi controladora e excludente, para atender uma sociedade dominante e desigual. Numa escola que, para assegurar a burguesia dominante, selecionava seu educando. Estava a serviço de uma sociedade dominadora. Não era destinado à educação o seu devido valor. Mas com a Revolução de 1930, com a entrada de Vargas no poder, a educação começou a tomar rumos diferentes e ser vista com um novo olhar no país.

Na contemporaneidade, embora o homem pensa ter dominado a natureza, mas ainda não conseguiu a igualdade social, tão esperada. Ter uma sociedade

igualitária é o grande problema da sociedade atual. Conforme se observa, temos o reflexo do passado. Somos marcados profundamente, por um povo, sem ética e sem solidariedade, que aqui chegaram com o objetivo de acumular riquezas para si próprios, sem esforço, sem nenhum interesse na transformação social, para formar pessoas críticas, com opiniões próprias, capazes de decidirem o que querem, através de seus ideais. E assim se formou o nosso país, nossa cultura, nossa educação e nosso povo.

Embora ainda seja inacreditável numa escola que poderá sozinha mudar a sociedade, também não se vê em nossa sociedade ainda dominadora e excludente, mudança radical que possa reduzir o fracasso educacional. Acredita-se que cada um pode fazer a sua parte e contribuir para iniciar práticas que promovam mudanças dessa realidade da escola, como instituição, parte da sociedade, portanto parte do processo de transformação social.

2.1 A LDBEN 9394/96 E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Entende-se que as maiores referências de um país democrático são as suas leis. São elas que regulamentam e norteiam a vida dos indivíduos em sociedade. Muitas vezes por falta de conhecimento, e até mesmo por interpretações erradas que se faz sobre as leis, as pessoas não as cumpre e muito menos sabem dos direitos e deveres expressos, por isso é extrema importância que cada pessoa conheça a lei que rege e fundamenta a área de seu trabalho, para melhor aplicá-las e lutar por elas.

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n. 9394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, organiza o sistema de ensino, reconhece a importância dos valores na educação, garante a todos o que antes era privilégio de poucos, ou seja, a garantia do acesso e permanência na escola. Permite a base educacional comum e condição igualitária de inserção no mundo do trabalho.

O processo de avaliação da aprendizagem foi contemplado na alínea a, inciso V, Art. 24, que determina: A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios "Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais". Muitas vezes acontece o contrário, quando se percebe o prevailecimento dos aspectos quantitativos sobre os

qualitativos e o educando fica sem oportunidade de revelar suas capacidades intelectuais e cognitivas. Observa-se que a prática nem sempre está sendo coerente com a teoria e a lei não cumprida com eficiência, de acordo com a finalidade que é proposta. O propósito da avaliação é extremamente sério, e antes de tudo deve fazer parte do processo formativo do próprio aluno.

Em princípio, a avaliação deve ser usada como diagnóstico, para saber que conhecimento o aluno se apropriou. Partindo daí, pode-se posicionar e decidir por onde começar. A avaliação de certa forma mostra o rendimento do aluno, mas acima de tudo, mostra como acontece o processo ensino-aprendizagem. Para uma aprendizagem eficiente o professor precisa considerar acima de tudo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, pois pretende-se que os indivíduos aprendam para adquirir conhecimentos, valores, mudar posturas, ter novas visões, para a formação da vida em sociedade, e nunca com a finalidade de serem avaliados.

Desta forma, a avaliação deverá ser um meio para o processo de ensino e não um fim. Pois, segundo a LDBEN, “a avaliação é contínua e cumulativa”, sendo acompanhada diariamente, e nunca numa decisão pontual em final de bimestre ou qualquer outro período estabelecido.

Os aspectos quantitativos são interpretados como pontuações em notas de provas, testes, exercícios, etc. Tais procedimentos ainda fazem parte do sistema, podemos usá-los para fins administrativos, mas não podem ser confundidos com a avaliação, existem apenas para a referência de verificação. Considera-se a nota como um símbolo para o registro do resultado do processo aprendizagem.

Outrossim, Luckesi (1999) nos faz compreender que quando a avaliação é insatisfatória e o educando se encontra em situação negativa de aprendizagem, esta não deve ser considerada para a retenção do aluno e sim, um ponto de partida para se tomar decisões como, rever conteúdos, analisar onde estão as dificuldades e esgotar todas as possibilidades para reverter a situação. Após leituras é possível perceber que o momento da avaliação não é ponto final do caminho, é a hora de repensar e reencaminhar ações para se alcançar os resultados desejados. Momento em que o aluno fornece ao professor informações importantes, quando manifesta a sua dificuldade de aprendizagem por meio de seus erros. De acordo com o autor, os erros são os alertas dados pelos alunos ao professor. São informações que podem auxiliar no processo de aprendizagem. Não podem ser elementos para culpa ou punição.

De acordo com os autores pesquisados, rever o processo ensino-aprendizagem com novas concepções e práticas avaliativas torna-se fundamental diante deste contexto e nos faz reconhecer que é necessário discutir incansavelmente no âmbito escolar. Antes, porém, é preciso considerar o ponto do conhecimento que o aluno possui, a partir daí dar condições para a aprendizagem se concretizar. São procedimentos que poderão sem dúvida, abrir caminhos para a superação e para transformação de nossa realidade educacional.

3 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Atualmente, a avaliação ainda é bastante debatida e criticada e gera divergências de opiniões entre alunos, pais, professores, gestores, equipe pedagógica e outros que compõem o sistema de ensino. O assunto é tão polêmico que não se esgota em Reuniões Pedagógicas, administrativas e muito menos nos Conselhos de Classe. Mesmo com tantas insatisfações e discussões, pouco se tem mudado a respeito. A avaliação continua da mesma forma. O Professor ministra os conteúdos através de aulas e aplicação de exercícios, e após um período trabalhado faz a denominada avaliação. Tal procedimento é realizado por meio de provas ou outros instrumentos que deveriam possibilitar ao aluno demonstrar a sua compreensão do conteúdo estudado. A elaboração destes instrumentos muitas vezes traz questões de difícil compreensão. A repetição desses procedimentos muitas vezes causa a desmotivação do aluno. Nesse clima ritualístico surgem as respostas embromadas, as colas/pescas e as decorebas. Partindo daí, é realizada a correção e a atribuição de valores, que correspondem o quanto o aluno aprendeu e qual é seu nível de conhecimento. Quando o resultado é insatisfatório, é comum afirmar que o aluno não estudou. No entanto é preciso ter bem claro que nem sempre é o que acontece. Diante disso, ficam aluno/pais e professor/escola num processo de confronto com a nota, deixando de se preocupar com o principal que é o ensinar e o aprender. Há o desvirtuamento da avaliação, ficando descaracterizada, sem validade significativa para a qual é destinada.

Quando se fala em avaliação, logo vem a imagem de provas e notas como recursos predominantes. Ainda não houve mudanças nessas atitudes. Educando e educadores devem procurar juntos a construção do conhecimento. Para Luckesi (1999), é necessário investir na construção dos resultados desejados.

Uma avaliação consciente não segue padrões definidos, pois os alunos são diferentes. Há os que trazem certo conhecimento orientado pelo exemplo e incentivo dos pais, com acesso a literaturas, internet, viagens e ambientes por eles frequentados que auxiliam no seu aprendizado e na sua leitura de mundo, ao contrário da maioria que por não possuir alternativas, acabam sendo influenciados por programas de TV, não selecionados e também acabam frequentando lugares prejudiciais a sua formação. O estudante precisa ser visto como ser único, sem ser comparado com outros, mas consigo mesmo, com sua própria capacidade. É necessário oportunizar a todos os mesmos conhecimentos. Ao avaliar, fazer uma leitura da realidade de cada aluno e com discernimento respeitar sua subjetividade.

Em épocas de grandes mudanças sociais, percebe-se que na educação, tais mudanças acontecem de forma lenta, e com a avaliação da aprendizagem não é diferente, pois é parte do processo. Muitas vezes pela acomodação ou desconhecimento a tendência é repetir modelos aprendidos ao longo da formação e da vida. Não há dúvidas de que é preciso maiores oportunidades de capacitação e de maior valorização profissional, mas antes de tudo, é fundamental estar conscientes do papel assumido na educação, e executá-lo com responsabilidade e compromisso.

De acordo com estudos, hoje se faz necessário então, uma nova postura para a avaliação, com práticas que eliminem velhos hábitos, que ainda se mostram muito presente no cotidiano escolar. São necessários novos estudos e reflexões para desconstruir uma concepção ultrapassada de avaliação. Para isso é fundamental o aprofundamento de discussões sobre o fato de que não é suficiente mudar práticas pedagógicas, se continuar com a mesma maneira de avaliar. Sant'Anna (2011, p.7) afirma que:

A avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional.

Com a afirmação acima citada, a autora fortalece o entendimento de que a avaliação é um processo de alta relevância para a educação, é inadmissível que seja motivo de bloqueios e frustrações e sim, bons momentos entre alunos (as) e professores (as), na busca de novos caminhos e realizações. É nessa relação que se dá a aprendizagem e possibilita a avaliação de ambos.

3.1 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A sociedade contemporânea passa por muitas transformações. Tais transformações confirmam o propósito de se buscar entender qual é a necessidade do homem atual, que obviamente não tem o mesmo significado de outras épocas. A evolução foi além das expectativas da humanidade e o questionamento que se tem atualmente é sobre o próprio homem na sociedade.

Nagel (1985, p.29) afirma que “A avaliação só tem função social quando está intimamente vinculada a um projeto de vida para os homens. Educa-se, ensina-se, para a sociedade que se deseja ver transformada”.

Neste contexto, a escola como parte da sociedade e a serviço dela, precisa repensar seus objetivos, metodologias, currículos, enfim, sua proposta pedagógica, dentro de um processo histórico-cultural. Nesse processo está inserido o homem que se deseja formar e as circunstâncias para a sua formação. A avaliação está interligada com a visão que o ser humano tem de si próprio e da sociedade onde vive. Tal visão, qualquer que seja, faz com que o homem avalie e compare atitudes e comportamentos.

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos (VASCONCELLOS, 1994, p.43).

Luckesi (1999, p.71) esclarece que:

No caso da avaliação da aprendizagem, essa tomada de decisão se refere à decisão do que fazer com o aluno, quando a sua aprendizagem se manifesta satisfatória ou insatisfatória. Se não tomar uma decisão sobre isso, o ato de avaliar não completou seu ciclo constitutivo.

Dessa maneira, surge uma inquietação em relação às práticas avaliativas na escola, seguidas de muitas dúvidas e questionamentos sobre a sua aplicação. Segundo a concepção de Nagel (1986) há sempre um motivo para avaliar; avalia-se por que há um intento, seja ele para avançar ou para continuar “onde está”. E neste contexto, considera-se a relação homem-homem e homem-sociedade, afinal o papel da escola é conhecê-lo e formá-lo para viver em sociedade.

Abrir debate sobre o assunto gera ansiedade e ao mesmo tempo grande

expectativa, diante da busca de respostas para a realização de práticas pedagógicas assertivas. São reflexões que movem à manifestações, sobre os pressupostos teóricos metodológicos da avaliação escolar, apoiadas nas abordagens de Luckesi (1999), Hoffmann (2003), Ferreira (2002), Vasconcellos (1994) e outros autores. Não será possível neste momento abordar todas as implicações que envolvem o tema, devido sua complexidade. Tratará de alguns aspectos que fundamentarão a pesquisa.

Dessa forma, acredita-se ser possível a transformação da avaliação do ensino-aprendizagem, como afirma Luckesi (1999, p.180) “É uma meta a ser trabalhada que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo”.

Atualmente, a avaliação não é praticada a contento das expectativas, pois a mesma ainda acontece nos modelos tradicionais, conduzida por uma perspectiva conservadora. Traz prejuízo para a aprendizagem do aluno e conseqüentemente à sua formação. Trata-se de uma questão provocadora, que inclui mudança de posturas. Não basta novas ideias. Exigem-se novas práticas.

Diante do exposto, Ferreira (2002, p.10) enfatiza:

A forma como a avaliação vem sendo operacionalizada denota que ainda há uma falta de entendimento de sua real função, uma vez que o processo é usado, acentuadamente, para fins classificatórios e realizados através de instrumentos que privilegiam a memorização, não considerando o todo do aluno bem como sua individualidade.

Entende-se que a real função da avaliação é diagnosticar a situação em que o educando encontra suas dificuldades de aprendizagem sobre os conteúdos não assimilados, ou seja, saber até que ponto o aluno aprendeu, em que estágio se encontra sua aprendizagem. Tais informações servirão como ponto de partida para o ensino, rumo à construção do conhecimento, prática que é pouco desenvolvida, por estar ligada a modelos pedagógicos conservadores. Entretanto, mudar as práticas é algo complicado e desafiador, envolve fatores internalizados nos sujeitos.

Recorre-se às considerações de Luckesi (1999, p.166) quando diz que:

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir função de subsidiar a construção da aprendizagem bem sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento.

Por meio desta afirmativa compreende-se que para a avaliação da

aprendizagem se concretizar de forma satisfatória é preciso se desvencilhar de teorias antagônicas ao contexto atual e desenvolver novas concepções numa perspectiva reflexiva, centralizada no processo e não nos resultados, conforme nos sugere Ferreira (2002) em sua proposta.

Como nos aponta Luckesi (1999, p.174), praticamos uma avaliação ameaçadora, autoritária e seletiva, focada no resultado final do processo (provas) e com finalidade de aprovação ou reprovação, antagônica aos seus objetivos reais: “auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo ensino-aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado”.

Dessa maneira, há a necessidade de inovar e avançar. No entanto, os avanços são poucos significativos. Abrem-se e fecham-se imediatamente. Surgem subterfúgios que impedem as mudanças acontecerem. Acomodam-se em rotinas, com resultados aquém ao desejado. Mudanças precisam ser provocadas e acompanhadas.

Claro, por vezes haverá rupturas num processo de construção da ação. Então, temos de ter a clareza de compreender que na ruptura não se constrói uma ação dimensionada, mas que se redimensiona uma forma nova de agir. As rupturas existem e existirão. Precisamos saber administrá-las, para retirar delas o que há de positivo (LUCKESI, 1999, p.118).

Salienta Vasconcellos (1994, p.53) que: “Novas ideias abrem possibilidades de mudança, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática”.

De acordo com Ferreira (2002), nas últimas décadas, os métodos tradicionais estão perdendo seus valores e sendo contestados. Há um novo olhar para a prática da avaliação. A autora, por meio de sua pesquisa procura mostrar práticas avaliativas mais coerentes com o contexto atual. Assinala também que, para haver uma reversão no processo, far-se-á necessário envolvimento, comprometimento e mudanças de posturas. Isso implica em conscientização de toda a comunidade escolar, com a finalidade de fazer da avaliação um ato educativo.

De acordo com o que foi mencionado Vasconcellos (1994, p.70) destaca que:

O que se espera de uma avaliação numa perspectiva transformadora é que os seus resultados constituam parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões sobre o que fazer para superar os problemas constatados: perceber a necessidade do aluno e intervir na realidade para ajudar a superá-la.

Por sua vez, Hoffmann (2003), elaborou uma reflexão sobre a avaliação

mediadora enfatizando o diálogo e a mediação como meio de aproximação do educador com o educando. Nesta relação há uma forte ligação dos sujeitos no processo, fundamentados no ensinar e aprender. Para a autora, errar e corrigir, numa relação dialógica professor/aluno concebe a construção do conhecimento, por meio da ação-reflexão-ação. Neste sentido a avaliação mediadora é fundamental, visto que auxilia educador e educando no encontro do ponto certo da superação, para uma avaliação posicionada positivamente a serviço do ensino-aprendizagem.

Considera-se aqui que na avaliação mediadora o erro faz parte da construção do conhecimento, é o caminho pelo qual o educando percorre para o aprendizado. Diante de tal consideração vale enfatizar que, conforme pondera Hoffmann (2003, p.88) “Nenhum extremo é válido”.

Vasconcellos (1994, p. 71), reporta-se para a importância do erro, e afirma:

Numa perspectiva transformadora, o que se propõe é que o erro seja trabalhado como uma privilegiada oportunidade de interação entre o educando e o professor, ou entre os próprios educandos, de modo a superar suas hipóteses, em direção a outras mais complexas e abrangentes.

Acredita-se que todo o trabalho a ser desenvolvido durante o processo ensino-aprendizagem requer cuidados especiais, por meio de estudos e aprofundamentos em teorias bem fundamentadas. Com um planejamento bem elaborado, técnicas bem aplicadas, eliminação do super valor das notas, valorização a continuidade e a apropriação do conhecimento.

Ferreira (2002) afirma que muitos educadores se utilizam da avaliação como instrumento de poder e autoridade. Para Vasconcellos (1994), há uma preocupação em suprimir as notas, por considerá-las uma “arma” coercitiva e que sem elas o aluno perde o interesse pelas aulas. Para o autor (p.87) “Esta preocupação reflete as bases equivocadas do sistema anterior: a incapacidade de envolver o aluno no processo educativo por ele mesmo e não por ameaça de alguma punição (no caso, a nota)”.

Ainda de acordo com Vasconcellos (1994, p. 59):

Um outro aspecto a ser considerado é o seguinte: enquanto existir nota que reprova, não podemos iludir os alunos, fazendo de conta que ela não existe e no final do ano ele ser surpreendido por uma reprovação. Entendemos que, em primeiro lugar, o professor não deve fazer uso autoritário dela e, dessa forma, mostrar (através de novas práticas concretas e não discursos, isto é fundamental) ao aluno que, se ele aprender, a nota virá como consequência natural, enquanto que a recíproca não é verdadeira: o aluno que só se

preocupa com nota acaba não aprendendo, mas só apresentando um comportamento de memória superficial.

Isto nos sugere que, ao suprimir as notas, obviamente a avaliação continuará vinculada ao processo ensino aprendizagem, com a garantia de dinamizar uma proposta pedagógica. Para Luckesi (1999), avaliar a aprendizagem significa acompanhar o educando no seu desenvolvimento escolar. No entanto, acompanhar vai muito além de “dar aulas”, “corrigir provas”, “corrigir tarefas”, mas, mediar a apropriação do conhecimento. A aprendizagem só acontece quando o aluno se apropria de seu conhecimento.

“O papel da escola, então, é justamente propiciar a construção significativa do conhecimento e o desenvolvimento da autonomia, da autoconfiança” (VASCONCELLOS, 1994, p. 53). O autor constata por meio de pesquisas pedagógicas que um ensino de qualidade, voltado para a formação integral, numa linha crítica e participativa, fará com que o sujeito sinta preparado e autoconfiante para enfrentar qualquer situação-problema, que ora se apresente em sua vida.

Para concluir, Luckesi (1999, p. 180) afirma:

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina o diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se a melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la.

Os autores mencionados trazem semelhanças em suas concepções de Avaliação da Aprendizagem. Portanto, tal pesquisa se fundamentará na contemplação de todas as propostas aqui sintetizadas. E, finalmente, diante da complexidade do tema, compreende-se que não haverá um ponto final para tal discussão, que tem o intento de apresentar novas concepções às práticas avaliativas no processo ensino-aprendizagem. O educador avaliará suas práticas pedagógicas e o educando a sua aprendizagem.

5 PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A implementação deste ocorreu no Primeiro Semestre de 2013, no Colégio Estadual “Leão Schulmann” - Ensino Fundamental e Médio, localizado no Município de Figueira-Paraná. Seguiu as orientações metodológicas apresentadas na Unidade Didática, com a proposta de orientar os estudos sobre o tema Avaliação da

Aprendizagem Escolar.

Realizaram-se estudos e reflexões, por meio de grupos de estudos e seminários, direcionados por meio de debates e discussões. As ideias contidas nos textos nortearam os participantes para novas leituras e pesquisas sobre o assunto abordado. O conteúdo foi enriquecido com recursos tecnológicos e audiovisuais. A proposta visou instruir o público-alvo e ofertar fontes de pesquisas e de busca por soluções inovadoras para o processo avaliativo.

Realizou-se encaminhamento metodológico por meio de pesquisa de campo e pela linha de pesquisa: Estudos em Avaliação - investigou-se o processo de Avaliação da Aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Teve o propósito de diagnosticar e compreender questões que envolvem a avaliação escolar. A pesquisa teve a intencionalidade de organizar as ações pedagógicas com mais eficiência e mostrar novas concepções de avaliação, na busca de transformações e mudanças nas práticas avaliativas.

No decorrer das ações aqui previstas, foi utilizado o método dialético e dedutivo. Com o conhecimento de que havia uma proposta a ser discutida e confrontada com outras ideias e concepções, para se chegar a um consenso. Professores e alunos foram orientados para seguir uma proposta pedagógica fundamentada na metodologia histórico-crítica e construtivista. Tal proposta enfatiza a mediação para a aprendizagem, por se tratar de um ensino centrado no aluno.

A pesquisa foi exploratória e qualitativa, por intermédio de seleção de bibliografias que possuem referencial teórico já publicado sobre o tema. Com abordagem descritiva e explicativa. Os materiais utilizados foram: Livros, artigos, dissertações, multimídias e documentos oficiais como: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico do Colégio onde houve a implementação. E as técnicas de análises foram através dos instrumentos: Levantamento bibliográfico, leitura, redação, formulação de entrevistas através de questionários abertos e semi abertos e análise de dados e relatórios.

Dada a complexidade do tema em estudo, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio dos procedimentos a seguir:

- Análise da LBDBEN n.9394/96, para aprofundar os conhecimentos referentes ao sistema de avaliação que esta lei propõe. A referida Lei organiza o sistema educacional brasileiro e orienta a educação. Nela está contemplada no artigo 24,

Inciso V que, “na avaliação deverá prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, isto é, a apropriação dos conhecimentos deverá ser mais importante que dados quantitativos, que são notas ou conceitos. Neste sentido entende-se que a avaliação não poderá ser um instrumento para medir ou pesar o aluno, e sim um meio para pesquisar a situação da aprendizagem, para posteriormente seguirmos com a tomada de decisão. A avaliação por si só nada resolve, apenas sinaliza se estamos atingindo os resultados esperados.

- Análise do Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, Plano de Trabalho Docente e Livros Registros - Em toda a documentação do estabelecimento de ensino estudada e analisada com os envolvidos neste processo, confirma-se a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação. Constatam também que a avaliação será diagnóstica, processual, no entanto nota-se que na prática tais procedimentos não aconteciam. Partindo daí, houve uma conscientização de forma sistemática, feita com acompanhamento pedagógico para a garantia do cumprimento da lei no que diz respeito à avaliação e recuperação paralela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as breves considerações retomamos ao problema que nos impulsionou a realização dessa pesquisa: A avaliação da forma como é realizada na atualidade tem sido a favor da melhoria da aprendizagem do educando, está a serviço da construção do conhecimento, do crescimento e inclusão do aluno? Qual o sentido prático que se tem dado para Avaliação?

Finalmente, observa-se a dificuldade encontrada para avaliar e de aplicar as recuperações paralelas, previstas no Regimento Escolar. Isso acontece pela resistência em aceitar as condições do aluno. Verifica-se que são comuns os julgamentos. Tais julgamentos visam o comportamento do aluno e sua vida pessoal.

Por essa razão, o processo avaliativo é aplicado de forma punitiva e agressiva, perdendo o seu real significado. Quando esse processo deveria ser afetuoso, no sentido de acolhimento e de nutrir o conhecimento, passa a serem momentos de constrangimentos e de tensão para os estudantes.

Nesse sentido, realizou-se um trabalho de orientação e conscientização para toda a comunidade escolar, visto que se encontra arraigado a avaliação que se assentou no século XVII. Modelo que se conserva até a atualidade.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que a avaliação da aprendizagem escolar necessita de mudanças profundas em sua concepção, apesar das resistências e mesmo tendo conhecimento de que acontecerá a longo prazo. Tais mudanças pretendem possibilitar novas abordagens nas práticas pedagógicas.

Acredita-se que promover avaliações, de acordo com a proposta da LDBEN, estas terão qualidade e somente assim o processo se desenvolverá com eficiência. É necessário aceitar a idéia de que a avaliação faz parte de uma rotina, que lidamos a todo o instante no cotidiano escolar.

Na realidade, mudar a prática não é fácil. Acredita-se que aos poucos e com persistência todos compreenderão o funcionamento do processo avaliativo. Quanto mais conhecimento se tem, não só de conteúdos, mas de didáticas, técnicas e metodologias, mais seguros estarão os docentes em sala de aula e mais desejo terão de aplicá-los a favor de resultados mais apropriados. Dificuldades quanto ao novo sempre existirá, mas é preciso compreender que ao modificar o que está ultrapassado, pode-se trazer de volta o aluno ao prazer em aprender.

As resistências ocorrem não apenas por acomodação e medo de inovar, mas há também o desconhecimento sobre as concepções da disciplina, do educar, do currículo, do ensino aprendizagem e enfim, da avaliação. Percebe-se que as licenciaturas tratam especificamente a respeito do conteúdo, portanto entendem o ensino aprendizagem unicamente pelo seu referencial. Por isso, o enfrentamento em sala de aula traz barreiras e obstáculos. Há uma grande dificuldade para lidar como aluno real.

A discussão sobre a avaliação da aprendizagem não é nova. A busca pelos instrumentos de avaliações adequados para coletar dados necessários para tomada de decisões também é discussão de longa data na educação. A avaliação processual dispensa o uso de instrumentos para identificação de nível de desempenho e o ideal seria a inexistência do sistema de notas. A aprovação ou reprovação do (a) aluno (a) deveria estar atrelada a sua efetiva aprendizagem, relacionada a conhecimentos mínimos necessários a sua formação integral.

Na realidade o uso exclusivo de provas e testes como instrumentos de avaliação, ainda predominam dentro de nossas escolas. Tais instrumentos impossibilitam avaliar o aluno em todos os aspectos e de contemplá-lo como um ser integral. Então, questionamos, por que há tanta dificuldade de superarmos o uso destes instrumentos, visto que esse procedimento ritualístico não traz benefício, ao

ser usado aleatoriamente.

Como se constata, as notas e conceitos estão ainda bem presentes na prática escolar. A legislação educacional determina essa forma de registros nos resultados de aprendizagem. Portanto, não há como suprimir esse procedimento de nossas práticas de um dia para outro. Recomenda-se que ao utilizá-los atentem para que os valores qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. E que sejam bem diversificados. Todos os instrumentos de avaliação antes de serem utilizados precisam ser bem analisados e elaborados com muita atenção. São informações que deverão auxiliar nas tomadas de decisões. Instrumentos bem diversificados podem ser justos, coerentes e imparciais.

É importante que o professor por meio de instrumentos de avaliação obtenha dados que o possibilite avaliar se houve aprendizagem ou não. Partindo daí, poderá tomar decisões com intervenções pedagógicas, que facilitem a apropriação dos conhecimentos e supere suas dificuldades, viabilizando o avanço na aprendizagem.

A avaliação deve ser contínua, com as próprias atividades diárias. Então, cabe ao professor/professora mediador do processo, acompanhá-la, para possibilitar a superação do senso comum. Significa não separar os momentos entre avaliação e processo ensino-aprendizagem. Para que atinja os resultados desejados a avaliação precisa ser sistemática, contínua e integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº. 9394 de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25/05/2012.

FERREIRA, Lucinete Maria Sousa. **Retratos da Avaliação:** Conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação. Porto Alegre: Mediação, 2002.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora:** Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, Sociedade e Escola:** Fundamentos para Reflexão. In: Secretaria de Estado da Educação-PR. Curitiba, 1985.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?:** critérios e instrumentos. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia:** teorias da educação, curvatura da vara e onze teses sobre educação e política. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1985

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação:** Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 4. ed. São Paulo: Libertad, 1994.